



B O L E T I M

Trabalhadores Rurais & Direitos

Boletim do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA - Ano I - Nº 3. SET/OUT 2006

Editorial

Anunciamos, este mês, a realização de um fato histórico! O Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco realizará o Seminário de Transferência de Gestão em que será transferida a gestão dos projetos de irrigação da Chesf (Companhia da Hidro Elétrica do São Francisco) para os reassentados da Hidro Elétrica Luiz Gonzaga. Vivemos um momento histórico e singular, porém a incerteza nos sobressalta. Não há um modelo a ser seguido ou rejeitado. Não há uma história parecida para que nos alertemos ou felicitemos e por isso seguimos pensando coletivamente as melhores estratégias e alternativas para os reassentados.

Ainda nesta edição, noticiamos grilagens e trabalho escravo e a economia solidária como alternativa para permanência na terra. O artigo de Quitéria Ferreira que faz uma reflexão sobre o Curso de Formação Agentes Culturais e Movimento Sindical, e a Entrevista com o João Paulo do MST aborda o tema Juventude e MST.

Boa Leitura!

Seminário de Transferência de Gestão



FOTO: Priscila Chagas

Nos dias 20 e 21 de novembro, o Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco promoverá o Encontro Transferência de Gestão, em Petrolândia (PE). O objetivo do evento é avaliar os futuros processos de mudanças nas gestões dos projetos de irrigação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba (Codevasf), e desta para os reassentados da Hidro Elétrica Luiz Gonzaga (Itaparica.). Os organizadores do encontro pretendem elaborar, com os participantes do evento, estratégias coletivas para que os assentados sejam favorecidos durante as transferências de gestão.

Fonte: Pólo Sindical do Submédio São Francisco e KOINONIA

Os perímetros de irrigação foram implantados a partir da luta histórica de Itaparica, onde a construção da Hidro Elétrica Luiz Gonzaga (Itaparica) resultou na desapropriação de mais de 6 mil famílias. E essas trabalhadoras e trabalhadores rurais unidos lutaram para ter o direito à terra assegurado. A luta foi marcada pela assinatura, em 1986, do Acordo de Itaparica entre Chesf e as trabalhadoras e os trabalhadores rurais atingidos pelo reservatório da Usina de Itaparica que assegurou o reassentamento em lotes irrigados.

A transferência de gestão representa transferir aos trabalhadores e trabalhadoras rurais a gestão dos seus projetos irrigados.

FOTO: João R. Ripper





FOTO: Jorge Atilio S. Iulianelli

Economia Solidária

O cooperativismo entre pequenos produtores cresceu nos últimos cinco anos. Segundo levantamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho, os quase 15 mil novos empreendimentos foram criados por dois motivos principais: alternativa ao desemprego e possibilidade de complementar a renda da família. Quase metade das cooperativas e empreendimentos solidários no país está ligada à agropecuária, extrativismo e pesca. A chamada economia solidária mantém 1,25 milhão de associados e movimenta 500 milhões de reais por mês. O dinheiro circula nos próprios municípios onde estão as cooperativas, uma vez que os mercados locais são o destino principal dos produtos e serviços oferecidos por elas.

Fonte: Repórter Brasil

Grito dos Excluídos 2006

Com o lema “Brasil: na força da indignação, sementes de transformação” mais de 100 mil pessoas reuniram-se nas manifestações da 12ª edição do Grito dos Excluídos, realizado em todo o País no dia 7 de setembro. Em diversos estados brasileiros movimentos sociais e entidades da sociedade civil promoveram protestos, manifestações culturais, religiosas e cívicas. Na capital paulista houve recorde de participantes: dez mil pessoas caminharam da Praça da Sé até o Museu do Ipiranga. Em Aparecida do Norte (SP), 87 mil pessoas realizaram uma manifestação com a participação deromeiros que levavam a imagem de Nossa Senhora Aparecida. No Rio de Janeiro, apesar da repressão da Polícia Militar, 1500 pessoas fizeram uma passeata no centro da cidade. Em Curitiba (PR) a manifestação do Grito dos Excluídos fez parte da parada oficial do dia da Independência. Cerca de 500 pessoas participaram do desfile oficial reivindicando melhores condições de vida. No Distrito Federal, os movimentos sociais organizaram uma passeata que contou com a presença de duas mil pessoas e foi assistida pelo público que acompanhava a parada oficial. No Ceará dez mil pessoas realizaram um protesto pelas ruas das principais cidades do estado. No Rio Grande do Sul dez cidades se mobilizaram para o Grito dos Excluídos, promovendo manifestações locais.

Fonte: MST

Polícia e Trabalhadores Rurais

A Polícia Militar de Sergipe vai criar até dezembro o Centro de Gerenciamento de Crises que terá a função de organizar a desocupação de terras, segundo o secretário de segurança do estado, Flamarion d'Ávila Fontes. O Centro será responsável pela coordenação dos mandados de reintegração de posse e notificação dos órgãos competentes e partes envolvidas durante o cumprimento das ordens judiciais. As autoridades acreditam que a instalação do novo órgão deve diminuir os conflitos entre policiais e trabalhadores rurais.

Fonte: Cinform On-line

Mulheres contra a violência

No final de outubro, representantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alagoas foram recebidas no Palácio do Governo do Estado por autoridades como o secretário-geral de Governo, Rogério Pinheiro. O grupo apresentou uma lista de 12 reivindicações do movimento em relação ao combate à violência contra a mulher no campo. Agilidade nas ações policiais em casos em que as vítimas são mulheres foi uma das cobranças do grupo. O encontro foi encerrado com o compromisso assumido por Rogério Pinheiro de que o governo tomará as providências necessárias para atender as reivindicações das mulheres.

Fonte: Agência Alagoas

Grilagem de terras e trabalho escravo

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, cerca de 60% dos imóveis rurais em que havia trabalho escravo não possuem registro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Casos assim ocorrem na Amazônia, por exemplo, onde o trabalho escravo é consequência direta da grilagem de terras, ou seja, da apropriação de terra pública mediante falsa escritura de propriedade. Os trabalhadores escravizados, segundo a OIT, atuam especialmente na derrubada da floresta para o plantio ou para a formação de pasto, o que explica o fato de Mato Grosso e Pará registrarem o maior número de vítimas dessa situação. Uma das respostas ao crime é a publicação da Lista Suja do Trabalho Escravo, um cadastro com o nome de empregadores que utilizam mão-de-obra escrava, atualizado a cada seis meses pelo Ministério do Trabalho. De acordo com Patrícia Audi, coordenadora do

Projeto Nacional do Combate ao Trabalho Escravo da OIT, a lista tem ajudado no combate ao problema porque os grandes mercados estão deixando de comprar dessas empresas. Em resposta à grilagem de terras, o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Marcos Kowarick, afirma que, nos últimos dois anos, foram julgadas 74 ações reivindicatórias de 400 mil hectares de terras públicas federais e outras cem ações estão sendo desenvolvidas. Desde 2004, foram impossibilitados de obter qualquer documentação 46,7 mil cadastros de imóveis irregulares, afirmou Kowarick.

Fonte: Jornal do Senado

No site Repórter Brasil (www.reporterbrasil.com.br/listasuja) é possível pesquisar a Lista Suja do Trabalho Escravo, fazendo buscas por nome da propriedade, do proprietário (a), CPF, CNPJ e outras variáveis.

BOLETIM Trabalhadores Rurais & Direitos

Esperamos sugestões,
críticas, reclamações
e comentários sobre
o boletim.

E-eletrônico para:
trd@koinonia.org.br

Cartas para:
Programa Trabalhadores
Rurais e Direitos
Rua Santo Amaro, 129 - Glória
22211-230 Rio de Janeiro/RJ

Tecendo idéias sobre a formação de jovens rurais e o sindicalismo rural no SMSF

A temática da juventude há algum tempo vem sendo objeto de debate no Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR), seja pela necessidade do movimento renovar lideranças, seja pelo desafio de incluir os jovens rurais nos espaços organizativos que discutem e implementam ações que buscam a construção de um projeto de desenvolvimento rural sustentável. Por isso, a questão geracional apresenta-se como parte integrante desse processo de construção.

Na região do Submédio São Francisco (SMSF), o Pólo Sindical, com a assessoria de Koinonia, desde 1998 vem atuando com a juventude, buscando contribuir com o processo político-organizativo e educativo dos jovens rurais sertanejos, na perspectiva de que eles também sejam protagonistas de um projeto de desenvolvimento sustentável que os trabalhadores e trabalhadoras na região, ao longo desses anos de luta, vêm construindo.

Uma série de processos formativos já foi realizada com a juventude rural para dar conta dos desafios mencionados. Todavia, foi a partir de 2004 que Koinonia e Pólo optaram por implementar uma proposta de capacitação sistemática, que tivesse um efeito multiplicador e possibilitasse à juventude rural intervir concretamente no debate interno do movimento sindical sobre as ações com os jovens, bem como ampliar a inserção dos mesmos nos espaços de reflexão sobre o desenvolvimento rural sustentável na região e as políticas para a juventude.

Assim, Koinonia organizou como uma ação educativa para os jovens do Pólo Sindical um Curso de Formação Agentes Culturais Jovens Rurais, em três módulos, com o objetivo de proporcionar o aprofundamento do debate sobre temáticas de interesse do sindicalismo rural e dos próprios jovens como: identidade da juventude rural, mundo rural sertanejo e a problemática geracional, juventude rural e direitos humanos, políticas públicas para a juventude rural camponesa. Um outro objetivo do curso seria facilitar um processo

educativo em que os próprios jovens pudessem se apropriar de uma proposta metodológica e serem formadores de novos jovens, criando assim uma rede de educadores rurais, com uma perspectiva multiplicadora.

Portanto, o curso tem uma estratégia político-metodológica de formar jovens agentes culturais que sejam capazes de mobilizar outros jovens para se engajarem em ações de fortalecimento dos direitos dos jovens rurais e de suas experiências organizativas. Por isto os participantes, em cada etapa, assumem tarefas de realizar diagnósticos participativos com novos jovens e, a partir desse diagnóstico, planejar e construir com eles ações culturais locais inovadoras, que contribuam para superar os desafios econômicos, político-sociais, culturais, organizativos e educativos da realidade em que vivem. Ou seja, ações culturais que fortaleçam o protagonismo juvenil popular, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e as organizações representativas dos jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais sertanejos.

O curso também cumpre uma tarefa pedagógica de permitir aos jovens rurais conhecer e se apropriar de uma metodologia participativa de planejamento, monitoramento e avaliação, que proporciona aos participantes acompanhar processualmente o próprio fazer educativo e as ações a partir dele desencadeadas, bem como de construir coletivamente um instrumental técnico-pedagógico que sirva de referencial metodológico para realização de novas ações educativas com juventude rural.

Portanto, o Curso Formação de Agentes Culturais Jovens Rurais tem dado uma contribuição significativa para o MSTR da região do Submédio São Francisco, no sentido de ajudar o movimento a perceber a formação como prática social e histórica e que o investimento na educação dos jovens é uma necessidade, sobretudo para fortalecer um potencial inovador na construção de alternativas para o fortalecimento do projeto de desenvolvimento que o MSTR vem apostando nos últimos anos.

Os resultados do curso de agentes culturais têm se revelado, quantitativamente, pelo número de ações realizadas pelos jovens, pelo aumento de novos grupos de jovens que vêm sendo criados e fortalecidos, pelo surgimento de lideranças jovens que passam a ocupar a direção dos sindicatos, associações, cooperativas de produção, cooperativas de crédito e a própria direção do Pólo Sindical. Resultados qualitativos também são percebidos neste processo educativo, tais como: intervenção qualificada de jovens nos espaços políticos do MSTR; participação de jovens rurais nos espaços institucionais de formulação de políticas públicas para juventude; fortalecimento da identidade dos jovens rurais; construção e fortalecimento de ações de intercâmbios e redes; revelação de talentos jovens no mundo da arte, música, dança e poesia, mobilizando e fortalecendo o potencial criativo e lúdico dos jovens rurais sertanejos.

Enfim, acreditamos que o Curso de Agentes Culturais Jovens Rurais tem contribuído para o fortalecimento do sindicalismo rural na região porque percebe a juventude rural com um olhar mais atento para suas novas formas de expressões organizativas, suas formas de luta, seus desejos, seus desafios, seus sonhos e suas potencialidades. Jovens que estão fortalecendo uma perspectiva político-organizativa e pedagógica, ampliando a capacidade de disputar políticas públicas, resistindo e mostrando que no mundo rural sertanejo é possível viver e ser feliz, promovendo mudanças, construindo relações de solidariedade e sendo protagonistas do MSTR.

KOINONIA e as estratégias de formação e articulação da juventude no sertão no Baixo e Submédio São Francisco

Rede de Educadores Jovens Rurais - é uma rede criada, em 2004, para fortalecer ações juvenis e estratégias de formação no sertão.

Coletivo de Jovens Rurais - Rede Juvenil para favorecer o protagonismo juvenil popular.

Curso de Formação Agentes Culturais - Formação de atores juvenis para ação cultural no Baixo e Submédio São Francisco.

Pesquisa Sobre Economia das drogas e vida camponesa - Investigações sociológicas sobre uma das faces de violência no campo.



http://www.une.org.br

TRD entrevista João Paulo Rodrigues

Nesta edição do Boletim Trabalhadores Rurais e Direitos Priscila Chagas, assistente do Programa TRD entrevista João Paulo Rodrigues. Aos 26 anos ele integra a coordenação nacional do MST e a coordenação da juventude.

TRD - Como e quando você começou a participar do MST?

João Paulo - Fui acampar com meus pais, na época eu tinha 3 anos de idade e comecei a participar das atividades do meu assentamento. E depois o MST me enviou para tarefas em outras regiões de São Paulo e atividades nacionais, como, curso de formação etc.

TRD - Com quantos anos você foi para o curso de formação?

João Paulo - Aos 14 anos de idade.

TRD - O que significa ser jovem e já estar lutando pela terra? O que representou para você ser um jovem na militância?

João Paulo - Acho que é uma experiência importante, para formação política e para dar ao jovem uma possibilidade de escolher o que fazer, como assentado ou como militância que pretende fazer lutas em outros movimentos e sem dúvida, hoje, vejo que a minha formação política é fruto das lutas e ocupações de terra.

TRD - Como foi ser uma criança e depois um jovem em um assentamento do MST? Qual era a forma de lazer?

João Paulo - A infância é sempre difícil, morar em barraca de lona, sem o mínimo de infra-estrutura. Porém, é uma infância saudável e com a possibilidade,

como: construir espaço da criança para criança do mesmo acampamento ou assentamento.

TRD - A temática da juventude sempre foi trabalhada pelo MST?

João Paulo - Sempre foi, como é a mulher, a criança e o conjunto da família, porém, nunca separamos a juventude do conjunto do assentamento ou do MST, para nós a juventude é parte da organização. Hoje, porém, estamos criando um coletivo de juventude do MST que vai coordenar as várias iniciativas das lutas e das demandas da juventude nos assentamentos e acampamentos.

TRD - Quais as principais reivindicações da juventude rural?

João Paulo - Hoje um dos principais problemas dos assentamentos é falta de infraestrutura para a juventude, ou seja: falta tudo! Mas acho que a principal reivindicação é falta de uma renda mensal e educação.

TRD - E como é a educação nos assentamentos? Tem escola ou os jovens precisam se deslocar?

João Paulo - Maioria dos assentamentos tem escola de ensino fundamental, mas para ter acesso ao ensino médio tem que ser nas cidades. Porém é uma bandeira de luta que todos os sem terra estudem. Lutamos para que não tenha que ir

para cidade e sim no campo.

TRD - A questão da renda mensal é a questão da independência financeira? Essa é a luta? Terra para trabalhar e manter o próprio sustento e da sua própria família?

João Paulo - Hoje esse é um problema para jovens do meio rural tendo em vista que temos que lutar por uma boa reforma agrária com crédito e agroindústria, e não só a terra, e luta por políticas públicas para garantir a permanência dos jovens no campo.

TRD - Como a Juventude Rural está contribuindo para a luta do MST?

João Paulo - A maior contribuição da juventude é a participação nas atividades do MST, lutas e nas atividades culturais, etc... Mas a juventude ajuda o MST a ter método e ser mais organizado e discutir outros temas que não seja só a produção nos assentamentos.

TRD - O que você diria para os jovens rurais de todo o Brasil que estão lutando pela terra?

João Paulo - Primeiro, que os jovens permaneçam no campo e na luta por uma nova forma de assentamento. Segundo, que estudem e lutem por escolas de qualidade e por educação de nível superior. E terceiro que permaneçam organizados.

EXPEDIENTE

Boletim Produzido pelo Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

Secretário Executivo de KOINONIA
Rafael Soares de Oliveira

Coordenador do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos e editor do boletim
Jorge Atílio Silva Lulianelli

Assistentes Editoriais
Maria Priscila Lisa das Chagas | Quitéria Maria Silva Ferreira

Pesquisas

Andréa Carvalho de Oliveira

Redação e Revisão

Helena Costa | Manoela Vianna

Diagramação e Impressão

Editora Fonte Viva



Rua Santo Amaro, 129 - Glória - Rio de Janeiro/RJ
Tel: (21) 2224-6713 - Fax: (21) 2221-3016
e-mail: trd@koinonia.org.br
site: www.koinonia.org.br